



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

RESOLUÇÃO Nº 186 /2013
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
14ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 17/01/2013
PROCESSO Nº. 1/1064/2009
AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 200818505-6
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RECORRIDA: CNH LATIN AMERICA LTDA
AUTUANTE: Elvira Rosa Guimarães G. Palmerio
MATRÍCULA: 10749115
RELATOR: Conselheiro Cícero Roger Macedo Gonçalves

EMENTA: ICMS – 1. FALTA DECORRENTE DO NÃO CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO – 2. O contribuinte aplicou redução na base de cálculo do ICMS, sem que houvesse justificada fundamentação no respectivo documento fiscal. **3.** Auto de Infração julgado **PARCIAL PROCEDENTE** por unanimidade de votos, em vista da redução do valor da multa conforme entendimento do julgador singular e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária. **4.** Decisão amparada no art. 123, inciso III, alínea “d” da Lei nº 12.670/96.

RELATÓRIO

A presente demanda refere-se ao auto de infração lavrado por *falta decorrente do não cumprimento das formalidades previstas na legislação*, concernente à mercadoria acondicionada no Certificado de Guarda de Mercadoria – CGM nº. 1023/2008 com base de cálculo no valor total de R\$ 268.175,04 em virtude da redução da base de cálculo do ICMS sem haver previsão legal que respaldasse sua modificação, por conseguinte foi autuado com multa de R\$ 26.817,50.

O processo, originalmente, foi instruído com o auto de infração nº. 200818505-6, Informações Complementares à fl. 03, cópia da NF à fl. 04, certificado de guarda de mercadoria nº 1023/2008, documentos fiscais às fls. 06/12, termo de revelia à fl. 12, despacho à fl. 13. A peça inaugural descreveu o ilícito fiscal, *ad litteram*:

“FALTA DECORRENTE APENAS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DAS FORMALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO. AO PROCEDER-SE A ANÁLISE FISCAL DA NF 287112,

1/5



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

VERIFICOU-SE QUE ALI FOI APLICADA REDUÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS SEM QUE NADA HOUVESSE QUE INDICASSE TAL FUNDAMENTAÇÃO, PERCEBENDO-SE POSTERIORMENTE, APÓS PESQUISA NA LEGISLAÇÃO, TRATAR-SE DO CONVÊNIO 133/2002”.

O agente fiscal sugeriu como penalidade, a preceituada no art. 123, III, alínea “d” da Lei 12.670/96 ou seja multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação ou prestação. Por tais fatos, foi produzida a demonstração que se segue:

Base de Cálculo	R\$ 268.175,04
Alíquota	0,00%
ICMS (principal)	R\$ 0,00
Multa	R\$ 26.817,50
TOTAL	R\$ 26.817,50

O contribuinte apresentou defesa tempestiva arguindo da impossibilidade da aplicação da multa prevista no art. 881 do Decreto do Decreto nº 24.569/97, vez que a operação em comento não se encontra sujeita ao regime de substituição tributária. Por fim requereu a adequação da penalidade aplicada para o percentual de 1% do valor das operações haja vista o disposto no parágrafo único do art. 881 do RICMS/CE.

As fls. 64/68 encontra-se o julgamento singular em que considera o auto de infração **PARCIALMENTE PROCEDENTE** por entender procedentes as razões cotejadas pelo contribuinte. Corroborou com o entendimento de que não se trata de regime de substituição tributária não sendo cabível aplicação da penalidade incerta no auto de infração. Recorreu de ofício por tratar de decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública Estadual.

A autuada foi intimada pelos correios, por meio de AR, nos termos do art. 34, § 3º do Decreto 25.468/99, em 04/03/10, onde consta a decisão do julgamento que declara **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal e estabelece o prazo de 20 (vinte) dias para praticar atos no processo, junto ao Contencioso Administrativo Tributário do Estado do Ceará.

A *Consultoria Tributária*, por intermédio do Parecer 611/12 opinou pelo conhecimento do recurso de ofício, negando-lhe provimento no sentido de manter a decisão de **PARCIAL PROCEDENCIA**, onde ratificou o entendimento da instância monocrática.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Os autos foram encaminhados, para apreciação do representante da douta Procuradoria Geral do Estado, que se manifestou pelo acatamento do referido parecer, que dormita às fls. 80/81.

É o relatório.

CONSIDERAÇÕES DO RELATOR

Trata-se de recurso oficial interposto pela **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** em face de **CNH LATIN AMERICA LTDA**, haja vista a prolação de sentença adversa aos interesses da Fazenda Estadual, objetivando, em síntese, a revisão da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. **1/200818505-6**. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, a requerente fora autuada por **falta decorrente do não cumprimento das formalidades previstas na legislação**, em virtude da redução da base de calculo do ICMS sem haver previsão legal que respaldasse sua modificação.

1. DO MERITO

A presente demanda não carece de maiores questionamentos acerca da matéria, vez que ao debruçar sobre os documentos acostados nos autos, restou evidenciado que o contribuinte deixou de indicar a redução da base de calculo prevista no Convênio nº 133/2002 (Anexo E), conforme exige o inciso II de sua Cláusula Terceira, *in verbis*:

Cláusula Terceira: O documento fiscal que acobertar as operações indicadas na cláusula primeira deverá, além das demais indicações previstas na legislação tributária:

- I. Conter a identificação das mercadorias pelos respectivos códigos dos anexos I e III deste convênio.*
- II. Constar no campo “Informações Complementares” a expressão “Base de Cálculo reduzida nos termos do Convênio ICMS___/02”*

Neste sentido cabe afirmar que apesar da fiscalização ter indicado o art. 123, VIII, alínea “d”, aplicou o percentual de 10%, divergindo do artigo citado que prevê 200



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Ufirces. Neste sentido os 10% calculados pelo autuante presume-se terem sido extraídos do art. 881 do decreto nº 24.569/97 *in verbis*:

Art. 88. As infrações decorrentes de operações com mercadorias ou prestações de serviço tributados pelo regime de substituição tributária cujo imposto já tenha sido recolhido, bem como as amparadas por não-incidência ou contempladas com isenção incondicionada, ficam sujeitas às multas de 10% (dez por cento) sobre o valor da operação ou prestação.

Abstrai-se ainda dos autos que na operação em análise, não se tratando de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, afasta-se de todo a subsunção do fato à norma acima indicada.

Disto, surge o verdadeiro equivoco na exação aplicada ao contribuinte, que seja de verdadeiro confisco, incorrendo em manifesto excesso. Há incompreensão quanto ao fundamento da exação dos valores mencionados, sendo imprescindível a delinação correta do direito do contribuinte. Neste sentido, a legislação pertinente consubstancia-se na regra do art. 123, VIII, alínea “d”.

2. DO VOTO

Ex positis, VOTO pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão de **PARCIAL PROCEDENTE** prolatada pela 1ª instância, em vista da redução do valor da multa, de acordo com o parecer do representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo	R\$ 268.175,04
Alíquota	0,00%
ICMS (principal)	R\$ 0,00
Multa (Ufirces)	200
TOTAL	200 Ufirces



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda


CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

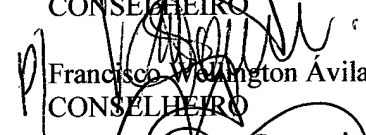
DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrida **CNH LATIN AMERICA LTDA**. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **parcial procedente** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 20 de março de 2013.


Valter Barbalho Lima
PRESIDENTE (em exercício)


Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


Francisco Wellington Ávila Pereira
CONSELHEIRO


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
CONSELHEIRA


Rafael Gonçalves Zidan
CONSELHEIRO


Cícero Roger Macedo Gonçalves
CONSELHEIRO RELATOR


Filipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO


Agatha Louise Borges Macedo
CONSELHEIRA


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO